

# Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil

16 de março de 2022

## Reunião Deliberativa Ordinária

### O QUE VOCÊ PRECISA SABER

- A reunião teve como objetivo continuar o debate proposto na retomada da Frente e contou com a participação de seus principais líderes: os deputados Marcelo Ramos (PSD/AM), Célio Moura (PT/TO) e Padre João (PT/MG).
- No encontro, também estiveram presentes representantes de empresas e organizações interessadas no tema, com destaque para o IPEA, a FAO e a Ação da Cidadania contra a Fome.
- O debate foi voltado a necessidade de maior visibilidade e de construção de uma agenda de atuação sobre o tema do combate à fome.
- Marcelo Ramos colocou como meta final da reunião a possibilidade da estruturação de um comitê executivo para construir estratégias de ação e uma agenda legislativa.

### PARTICIPANTES

NOME	CARGO   INSTITUIÇÃO
Marcelo Ramos (PSD/AM)	Vice-presidente da Câmara dos Deputados
Célio Moura (PT/TO)	Deputado Federal e presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome
Padre João (PT/MG)	Deputado Federal e presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar
Perpétua Almeida (PCdoB/AC)	Deputada Federal
Patrus Ananias (PT/MG)	Deputado Federal e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil
Luciana Accioly	Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Rodrigo Afonso	Diretor-executivo da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

[www.bmj.com.br](http://www.bmj.com.br)

## RELATÓRIO

Na quarta-feira (16), foi realizada reunião da Frente Parlamentar Mista de Combate à Fome no Brasil. A mesa da Frente foi composta pelos deputados Marcelo Ramos (PSD/AM), vice-presidente da Câmara dos Deputados, Célio Moura (PT/TO), presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome, Padre João (PT/MG), presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar, Perpétua Almeida (PCdoB/AC) e Patrus Ananias (PT/MG). Além disso, a reunião contou com a participação de organizações que atuam no combate à fome - com destaque as participações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - e com outros deputados atuantes na área.

Com a fala inicial, **Marcelo Ramos**, destacou a importância do tema e a intenção de dá-lo visibilidade por meio do encontro e, a partir dele, estruturar um comitê executivo para construir estratégias de ação e uma agenda legislativa. Com isso, pontuou o viés solidário da Frente, que também busca mobilizar a sociedade, além de sua natureza política. Além disso, apontou a presença de atores importantes, como de empresas que realizam doações de alimentos e contribuem para políticas de construção de restaurantes comunitários.

Em seguida, o **deputado Célio Moura** reforçou a necessidade da aprovação de políticas públicas de combate à fome e da implementação da [Lei Assis Carvalho](#) (que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19), assim como a disponibilização de recursos para tal. O deputado também declarou como todas as entidades representadas na reunião devem expor ponto de vista sobre o tema, para que seja possível a união em prol do combate imediato à fome.

O **deputado Padre João** destacou a atuação dos deputados e os dados de insegurança alimentar no Brasil, reforçando o imediatismo daqueles que têm fome. Com isso, mencionou o desmonte do orçamento e das políticas de segurança alimentar e nutricional que ocorrem desde 2019, mesmo antes da pandemia. Como exemplos, foram citados o desmonte de restaurantes populares e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o status do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que em 2022 tem os mesmos recursos de 2017, apesar do aumento nos preços dos alimentos. O deputado ainda mencionou que a população em insegurança alimentar também tem difícil acesso a água potável. Além disso, defendeu a rediscussão do papel do Estado brasileiro, que deve ir ao encontro do povo e manter a regularidade das políticas de acesso a alimentos de qualidade, sem comprometer outras necessidades. Por fim, pontuou a necessidade da estruturação de uma agenda para retomar políticas e programas efetivos.

A **deputada Perpétua Almeida** destacou o trabalho de Marcelo Ramos, devido a seu papel dentro da Câmara, e declarou que não tem como eximir o atual governo da responsabilidade, pois o país estava fora do mapa da fome e agora milhões brasileiros estão em situação de insegurança alimentar. Ela pontuou que foram reduzidas as doações de alimentos,

já que aqueles que doaram também perderam sua fonte de renda, e mencionou o papel dos empregos para reduzir os níveis de fome. Ainda, defendeu a responsabilidade dos bancos no combate à fome, que estão dentre as instituições que mais lucraram durante a pandemia e que não podem ficar fora do debate. Ainda, pontuou as diferentes realidades do Brasil, e a necessidade de as ações da Frente chegarem a todos os rincões do país.

O **ex-ministro Patrus Ananias** destacou a importância do tema e seu histórico de atuação em relação ao tema do combate à fome. Com isso, destacou os avanços e as conquistas legislativas e políticas aprovadas durante o governo Lula e pontuou os desenvolvimentos tecnológicos da EMBRAPA no combate à fome. Ainda, afirmou ser inaceitável que um país com a capacidade produtiva do Brasil tenha que conviver com a fome e outros problemas sociais, como desemprego e subempregos. Em sua fala, recordou como a alimentação é um direito fundamental fortemente vinculado a outros, que não pode depender da boa vontade de atores como empresas, mencionando também o desmonte das políticas públicas e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea).

**Representante da FAO, Gustavo Chianca**, apresentou a organização, o Observatório da Segurança Alimentar no Mundo e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 - Fome zero e agricultura sustentável. Assim, pontuou que o mundo ainda não avança em relação às metas do objetivo, principalmente em relação à garantia de alimentos seguros, nutritivos e suficientes para todos durante todo o ano. Em complemento, também colocou como o clima impacta os níveis de insegurança alimentar, além de questões como os conflitos, a COVID-19 e a desigualdade. Com isso, destacou a necessidade do monitoramento do cenário global, dos níveis de fome e desnutrição, o que também apoia o desenvolvimento dos ODS. Por fim, apontou como a população em situação de segurança alimentar moderada estão mais sujeitos a consumir alimentos com maiores índices de sal, açúcar e industrializados, que segundo o representante da FAO podem gerar consequências para a saúde.

**Diretor-executivo da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, Rodrigo Afonso**, afirmou que a volta da fome não foi apenas causada pela pandemia, com indicadores desde 2016, mas pelo desmanche de políticas que foram construídas durante uma década. Assim, dados de 2018 já indicaram um aumento de 30 milhões de brasileiros em algum nível de insegurança alimentar em um período de quatro anos. Além disso, destacou como os pequenos produtores são importantes para a disponibilização de alimentos no Brasil, apesar da diminuição dos incentivos econômicos e políticos. Ainda, pontuou que a solução da fome não vem apenas da distribuição de alimentos, e que já existem leis capazes de retirar o Brasil do mapa da fome, mas que precisam ser devidamente aplicadas. Por fim, mencionou que ações da sociedade civil que já ocorrem fortemente, onde o poder público não atua. Assim, empresas poderiam procurá-las para apoio e parcerias.

**Luciana Accioly, representante do IPEA**, destacou pesquisas realizadas pela instituição e resultados que indicaram a importância dos bancos (em especial, bancos públicos de desenvolvimento) na condução das agendas da fome e da sustentabilidade, com o financiamento de projetos. Dessa maneira, ressaltou a necessidade de incluir os bancos no

debate e mobilizar parcerias de curto e longo prazo com essas instituições para o desenvolvimento da Agenda 2030.

Além disso, apresentaram breves falas representantes de instituições como: União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), UNIAFRO, Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas (ABIR), Movimento Coalizão Negra, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Conselho de Segurança Alimentar do Distrito Federal, e Movimento Acorda Sociedade. Dentre elas vale destacar:

- **João Dornelles, representante da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA)**, destacou que a indústria de alimentos é 94% composta por micro e pequenas indústrias. Além disso, destacou a atuação da ABIA para o não-desabastecimento de alimentos durante o período de pandemia, e na geração de empregos no Brasil.
- **Alessandro Rosniak, representante do Conselho Federal de Nutricionistas**, pediu por mais instrumentos como bancos de alimentos e restaurantes comunitários, assim como outros programas que contribuem para a segurança alimentar e nutricional ao serem voltados ao acesso a alimentos. Junto disso, destacou a necessidade de ouvir movimentos e sociedade civil sobre o tema, e pontuou que a distribuição de alimentos ajuda temporariamente, mas não soluciona o problema da fome.
- **Alberto Broch, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)**, pontuou a seriedade do que significa o retorno do país ao mapa da fome e que a realização de campanhas é dever do Estado, mesmo que movimentos sociais e empresas sejam fortes atuantes. Como representante da área, destacou a necessidade da valorização da agricultura familiar e do resgate das políticas públicas voltadas a ela, que podem ajudar as duas pontas da cadeia, a produção e o consumo.
- **Lázaro Britto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (CONTRAF)**, destacou o empenho na agricultura familiar para produzir a maior parte dos alimentos consumidos no país. Assim, o setor deve ser melhor apoiado pelas políticas, como a Lei Assis Carvalho. Desse modo, a produção e a segurança alimentar poderiam ser mais bem garantidas no Brasil.